

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025

Tracuateua



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Tracuateua (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Em Tracuateua, a taxa de pobreza apresentou uma leve oscilação entre 2019 e 2021, partindo de 65,3% em 2019, caindo para 63,4% em 2020 e retornando a 65,7% em 2021. No entanto, em 2022 houve um salto expressivo para 98,4%, refletindo um agravamento intenso da vulnerabilidade social no município, possivelmente influenciado por impactos socioeconômicos da pandemia de COVID-19. Em 2023, a taxa recuou de forma significativa para 65,4%, retornando ao patamar pré-pandêmico. Esse comportamento evidencia uma recuperação parcial, embora a oscilação in-

tensa aponte fragilidades na estrutura de proteção social local (Gráfico 1).

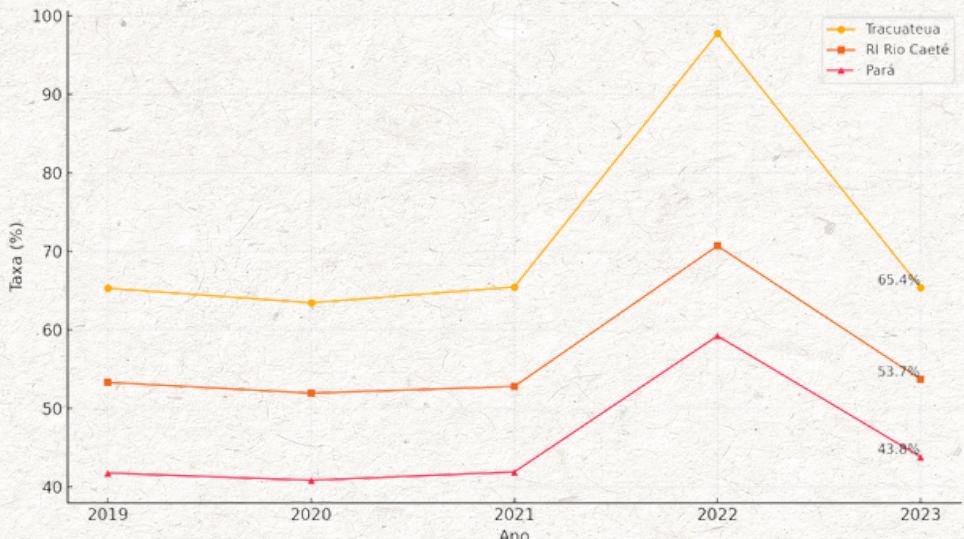
Na Região de Integração Rio Caeté, a taxa variou de 53,2% em 2019 para 52,1% em 2020, apresentando estabilidade até 2021 (53%). Em 2022, a taxa saltou para 70,4%, acompanhando o mesmo movimento de agravamento observado no município. Em 2023, houve recuo para 53,7%, mostrando uma recuperação semelhante. No estado do Pará, os valores foram mais baixos ao longo de todo o período: 41,8% em 2019, 40,8% em 2020, 41,8% em 2021, com alta expressiva para 59,3% em 2022 e poste-





Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)

rior queda para 43,8% em 2023. O comportamento geral indica uma elevação significativa em 2022 em todos os níveis, seguida de recuperação em 2023, ainda que os níveis municipais se mantenham mais elevados que os estaduais (Gráfico 1).



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 65,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

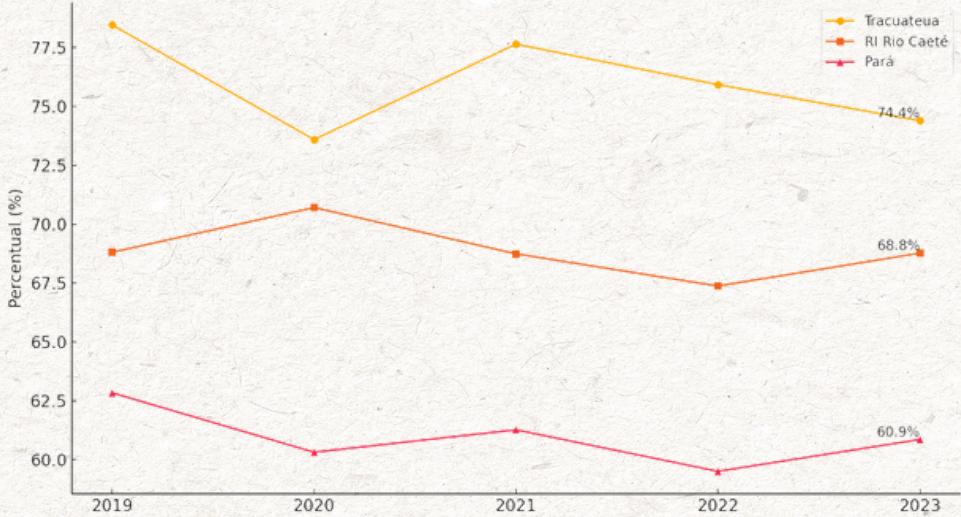
Em Tracuateua, o percentual de despesas públicas voltadas para serviços essenciais iniciou o período com 78,3% em 2019, registrando uma redução para 73,6% em 2020. Houve recuperação em 2021, com o índice subindo para 77,6%, seguido por leve queda para 76% em 2022 e novo recuo para 74,4% em 2023. Mesmo com essa redução nos últimos dois anos, o município manteve um nível de comprometimento orçamentário com serviços essenciais superior ao observado nos outros níveis territoriais, o que pode indicar prioridade local para áreas como saúde, educação e assistência social (Gráfico 2).

Na RI Rio Caeté, o indicador iniciou com

68,8% em 2019 e subiu para 70,8% em 2020, mas caiu nos dois anos seguintes, atingindo 67,7% em 2022 e recuperando-se levemente para 68,8% em 2023. No estado do Pará, os percentuais foram inferiores durante todo o período, começando com 62,9% em 2019, passando para 60,3% em 2020, subindo levemente em 2021 (61,6%) e caindo para o menor valor em 2022 (59,2%), com posterior aumento para 60,9% em 2023. Nota-se que, embora Tracuateua tenha reduzido seus percentuais nos anos mais recentes, ainda lidera o comprometimento com serviços essenciais, revelando uma possível concentração de esforços nessa direção (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.



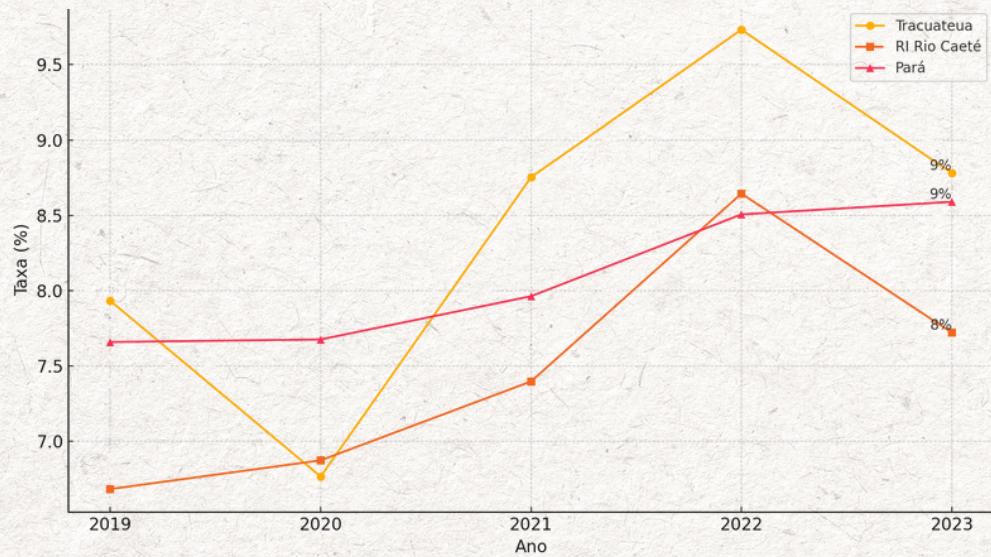
Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Tracuateua, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer iniciou o período em 2019 com 7,9%, caiu para 6,8% em 2020 e subiu nos anos seguintes: 8,8% em 2021 e um pico de 9,7% em 2022, encerrando 2023 em 9%. Essa trajetória revela um cenário preocupante, com aumento acentuado do indicador após 2020, o que pode indicar agravamento das condições de saúde materno-infantil e nutricionais. Apesar da redução entre 2022 e 2023, os níveis permanecem elevados, acima da média estadual e do padrão considerado ideal pela Organização Mundial da Saúde (Gráfico 3).

Na Região de Integração Rio Caeté, os percentuais foram mais baixos no início do período: 6,6% em 2019 e 6,9% em 2020, aumentando para 7,4% em 2021 e alcançando 8,6% em 2022, antes de cair para 8% em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 7,7% em 2019 e manteve esse valor em 2020, subindo gradualmente para 7,9% em 2021, 8,5% em 2022 e 9% em 2023. Em todos os recortes, há uma tendência de crescimento do indicador ao longo dos anos, sugerindo que os desafios relacionados ao baixo peso ao nascer vêm se intensificando em todo o território, com especial atenção para Tracuateua (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

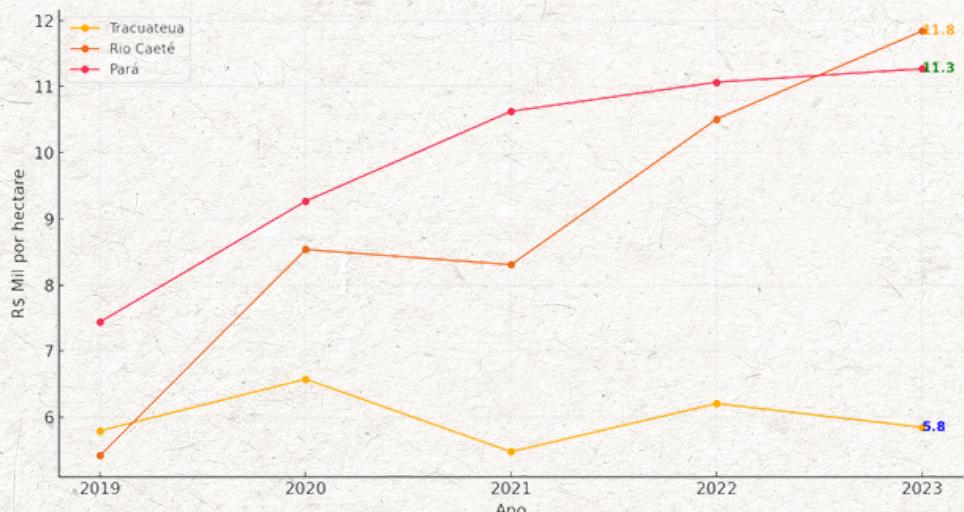


Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Em Tracuateua, a produtividade agrícola manteve-se abaixo dos demais níveis territoriais ao longo de todo o período analisado. O município iniciou 2019 com R\$ 5,8 mil por hectare, alcançou R\$ 6,6 mil em 2020, caiu para R\$ 5,4 mil em 2021, recuperou-se levemente em 2022 com R\$ 6,2 mil e voltou a registrar R\$ 5,8 mil em 2023. Esse comportamento revela uma estagnação produtiva, com oscilações que impedem um crescimento sustentável da agropecuária local, apontando para possíveis limitações tecnológicas, logísticas ou de acesso a insumos e crédito (Gráfico 4).

Na RI Rio Caeté, o indicador teve desempenho expressivamente superior, partindo de R\$ 5,4 mil/ha em 2019 e crescendo até alcançar R\$ 11,8 mil/ha em 2023. O estado do Pará seguiu trajetória semelhante, iniciando com R\$ 7,4 mil/ha em 2019 e atingindo R\$ 11,3 mil/ha em 2023. Ambos apresentaram crescimento consistente, evidenciando ganhos de produtividade no setor agropecuário regional e estadual. A defasagem de Tracuateua em relação à região e ao estado é significativa e crescente, o que exige atenção no sentido de fortalecer políticas de incentivo à produção local e modernização tecnológica (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 5,8 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

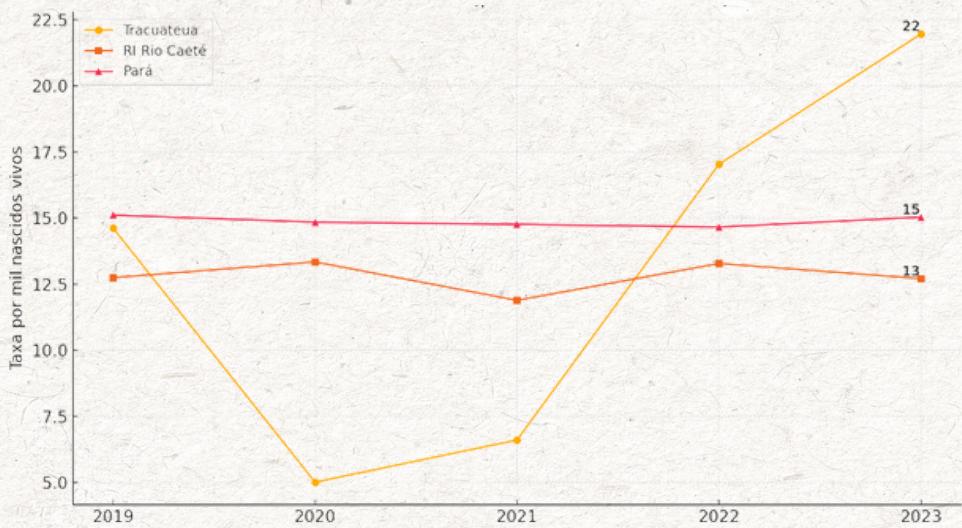
Em Tracuateua, a taxa de mortalidade infantil apresentou uma acentuada oscilação ao longo do período. Em 2019, o município registrou 14,6 óbitos por mil nascidos vivos, valor que despencou para 5,0 em 2020, sinalizando uma possível melhora pontual nos serviços de atenção à infância. Contudo, a partir de 2021, observa-se uma tendência de crescimento contínuo do indicador: 6,6 em 2021, 17,0 em 2022 e, finalmente, um alarmante 22,0 em 2023. Esse comportamento evidencia um retrocesso significativo nos indicadores de saúde infantil, sugerindo falhas no atendimento pré-natal, neonatal ou nas condições socioeconômicas que afetam a sobrevivência infantil (Gráfico 5).

Na Região de Integração Rio Caeté, a taxa variou de forma mais estável, iniciando com 12,9 em 2019, subindo levemente para 13,3 em 2020 e recuando para 12,1 em 2021. Em seguida, houve novo aumento para 13,2 em 2022, com leve queda para 13,0 em 2023. Já o estado do Pará manteve-se praticamente estável ao longo de todo o período, com taxa de 15,1 em 2019, pequenas variações nos anos seguintes (14,9 de 2020 a 2022), e retomando 15,0 em 2023. Esses dados mostraram que, enquanto a média estadual e regional se manteve controlada, Tracuateua destoou negativamente a partir de 2021, necessitando de intervenções urgentes em saúde materno-infantil (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

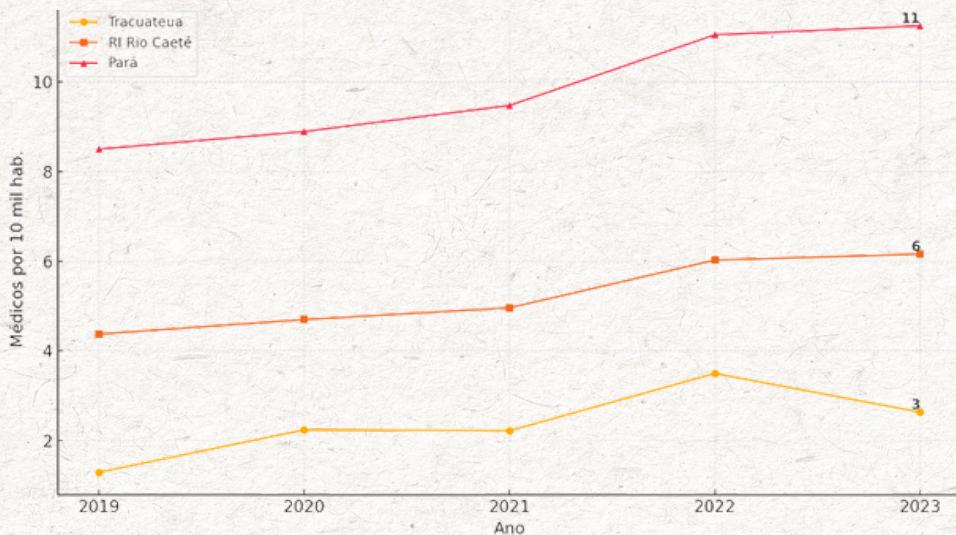
Número de Médicos por 10 mil habitantes

O município de Tracuateua apresentou números bastante baixos de médicos por 10 mil habitantes durante todo o período analisado. Em 2019, eram apenas 1,3 médicos por 10 mil hab., subindo para 2,3 em 2020 e mantendo-se praticamente estável em 2021 (2,2). Em 2022, houve um avanço para 3,5 médicos por 10 mil, mas esse progresso não se sustentou, e em 2023 o número recuou para 3,0. Ainda que haja uma tendência de crescimento em relação ao início da série, os valores seguem muito aquém do necessário para atender adequadamente a população, especialmente diante da piora registrada nos indicadores de saúde infantil (Gráfico 6).

A RI Rio Caeté apresentou uma evolução mais positiva: partiu de 4,4 médicos por 10 mil hab. em 2019, e alcançou 6,0 em 2022 e 2023, mostrando um crescimento contínuo e estável. O estado do Pará apresentou os maiores números, passando de 8,5 médicos em 2019 para 9,0 em 2020, 9,5 em 2021 e 11,0 em 2023. A análise mostra que, enquanto o estado e a região ampliaram significativamente a presença médica, Tracuateua teve crescimento limitado e instável, o que pode estar associado à deterioração de indicadores como a mortalidade infantil e aponta para a necessidade de políticas de fixação de profissionais de saúde no município (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

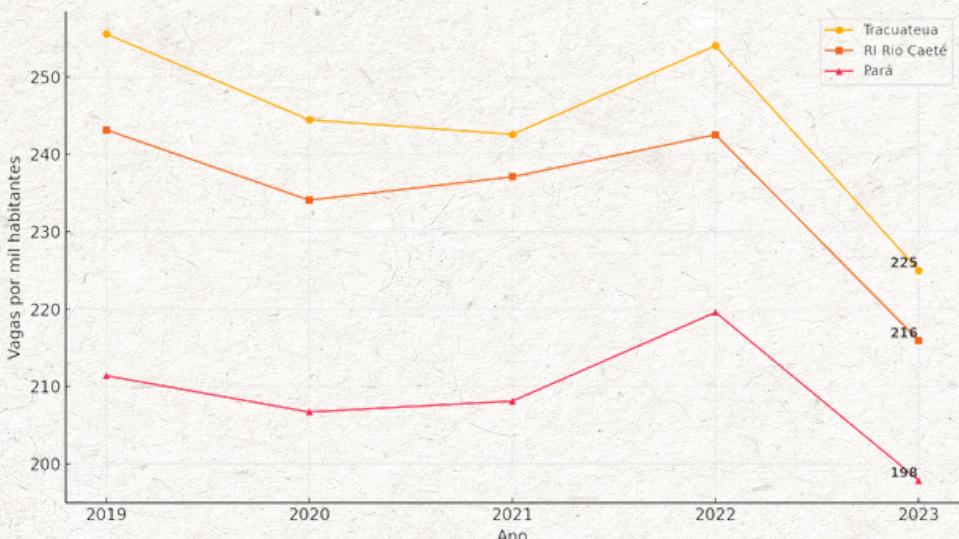
Em Tracuateua, o número de vagas no ensino público por mil habitantes oscilou bastante entre 2019 e 2023. O município começou o período com 256 vagas por mil habitantes em 2019, caindo para 245 em 2020 e reduzindo ainda mais para 243 em 2021. Em 2022, houve uma recuperação significativa para 254 vagas, mas o indicador voltou a recuar de forma expressiva em 2023, atingindo 225 vagas por mil habitantes. Esse movimento pode refletir desde alterações demográficas e reorganização da rede até possíveis perdas de infraestrutura escolar, apontando para um enfraquecimento do acesso à educação no último ano analisado (Gráfico 7).

A RI Rio Caeté também apresentou variações semelhantes: partindo de 243 vagas por mil habitantes em 2019, caiu para 233 em 2020, voltou a subir para 237 em 2021 e 243 em 2022, antes de recuar para 216 em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 211 em 2019, atingiu o menor valor em 2020 (206), e após pequena recuperação em 2022 (219), finalizou 2023 com 198 vagas. Todos os níveis analisados registraram queda em 2023, mas Tracuateua manteve-se com quantitativos absolutos superiores à média estadual e regional, ainda que apresente tendência de retração que merece atenção (Gráfico 7).





Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 225 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

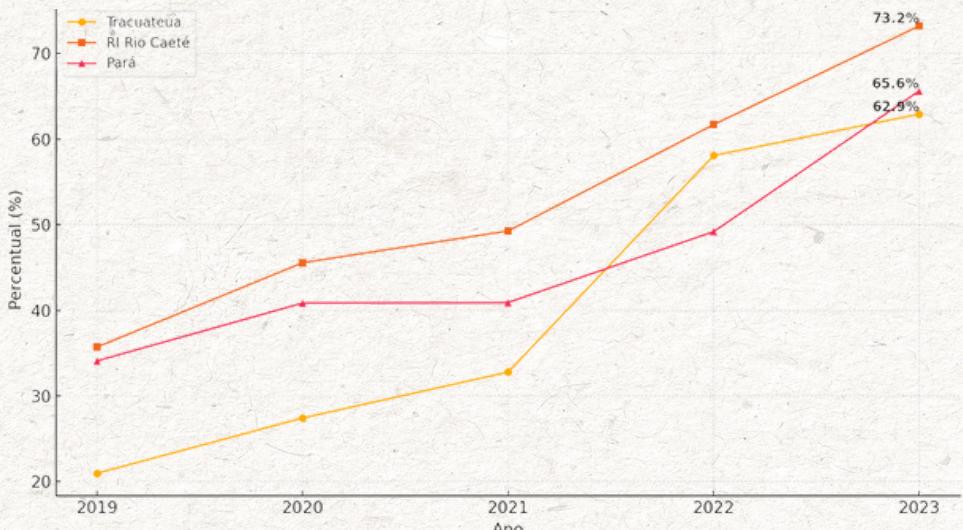
O percentual de escolas com acesso à internet em Tracuateua cresceu de forma expressiva ao longo do período. Em 2019, o município registrava apenas 20,7% das escolas conectadas, subindo para 27,6% em 2020 e 32,7% em 2021. Em 2022, houve um salto importante para 57,4%, encerrando 2023 com 62,9%. Esses dados revelam avanços significativos na infraestrutura tecnológica das escolas do município, sobretudo após 2021, o que pode estar relacionado a investimentos feitos no contexto da pandemia, visando garantir o ensino remoto e a digitalização da educação (Gráfico 8).

A RI Rio Caeté iniciou com 36,0% das

escolas com acesso em 2019, subindo para 45,5% em 2020 e 49,3% em 2021, alcançando 62,0% em 2022 e encerrando com 73,2% em 2023, demonstrando desempenho superior ao de Tracuateua durante quase todo o período. O estado do Pará também cresceu de forma constante, partindo de 34,4% em 2019 para 65,6% em 2023. Nota-se que Tracuateua, embora tenha iniciado em posição bastante desfavorável, reduziu significativamente essa defasagem, aproximando-se das médias estadual e regional em 2023, o que sinaliza progresso na conectividade escolar, ainda que com espaço para melhorias (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



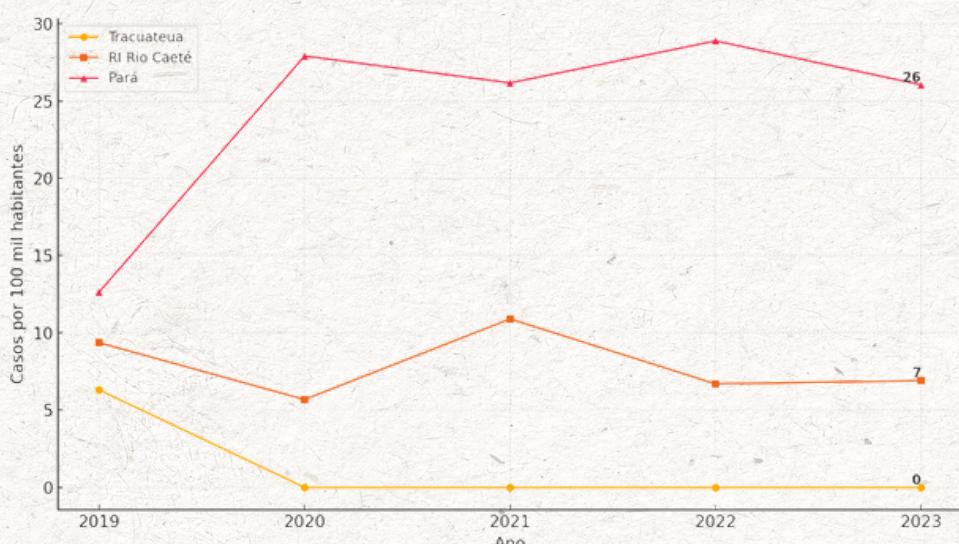
Violência Contra a Mulher por Parceiros

O município de Tracuateua apresentou uma queda abrupta e persistente nos registros de violência contra a mulher por parceiros. Em 2019, a taxa era de 6,2 casos por 100 mil habitantes, mas caiu para 0,0 a partir de 2020, mantendo-se assim até 2023. Essa ausência de registros pode tanto indicar uma redução real nos casos quanto refletir subnotificação ou ausência de canais eficazes de denúncia no município. O dado exige cautela na interpretação, pois a inexistência de registros não implica necessariamente na eliminação da violência de gênero (Gráfico 9).



A RI Rio Caeté apresentou valores mais consistentes e variáveis, iniciando com 9,4 casos por 100 mil em 2019, caindo para 5,8 em 2020, subindo para 11,0 em 2021 e encerrando 2023 com 7,0 casos. Já o estado do Pará apresentou os maiores índices ao longo de toda a série, partindo de 12,6 em 2019, subindo para 28,1 em 2020 e oscilando em torno desse patamar: 26,3 em 2021, 28,9 em 2022 e finalizando com 26,0 em 2023. Essa tendência revela a persistência da violência de gênero no estado como um problema grave e recorrente, com Tracuateua destoando, o que pode indicar uma distorção nos mecanismos de captação e registro dessas ocorrências (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

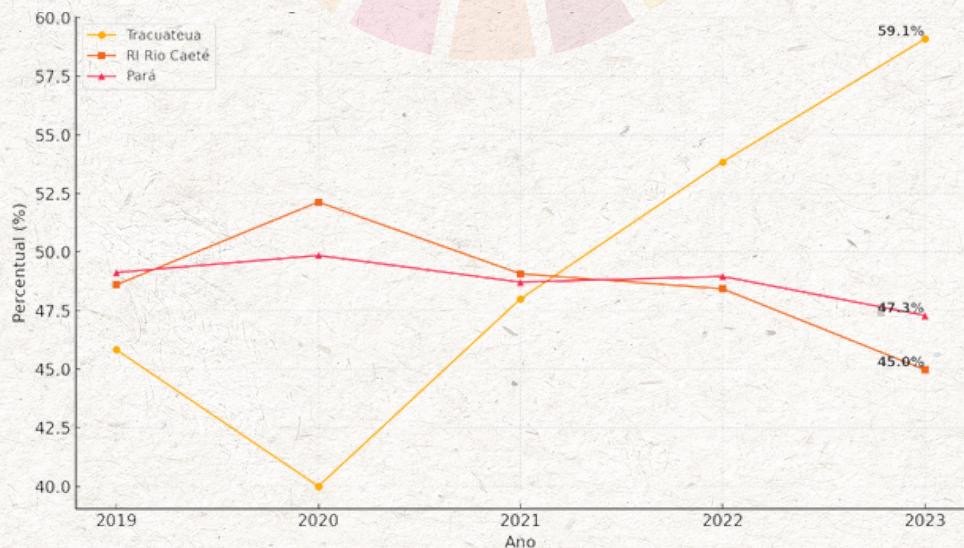
Em Tracuateua, houve uma evolução positiva e contínua no percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres. O indicador partiu de 45,9% em 2019, caiu para 40,0% em 2020, mas apresentou trajetória ascendente a partir de então: 48,2% em 2021, 53,7% em 2022 e atingindo expressivos 59,1% em 2023. Esse crescimento indica avanços significativos na equidade de gênero no mercado de trabalho formal no município, superando inclusive os percentuais da região e do estado nos dois últimos anos (Gráfico 10).





A RI Rio Caeté, por sua vez, iniciou com 48,7% em 2019, alcançou o pico de 52,1% em 2020, mas apresentou queda nos anos seguintes: 49,0% em 2021, 48,4% em 2022 e 45,0% em 2023. O estado do Pará mostrou estabilidade ao longo do período, variando de 49,0% em 2019 a 47,3% em 2023, com pequenas oscilações. Diante disso, Tracuateua destaca-se por promover um ambiente mais inclusivo para mulheres em posições de liderança, contrastando com a leve regressão observada nas médias regionais e estaduais (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 59,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No município de Tracuateua, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto manteve-se extremamente baixo ao longo dos cinco anos analisados. Em 2019 e 2020, o índice foi de 0,1%, com uma ligeira oscilação para 0,2% entre 2021 e 2023. Apesar da leve melhora, os valores são bastante reduzidos e indicam exclusão quase total desse serviço essencial para as famílias de baixa renda, evidenciando um grave déficit de infraestrutura urbana básica que compromete a saúde pública (Gráfico 11).

A RI Rio Caeté apresentou valores ligeiramente superiores, mas ainda muito baixos: partindo de 1,0% em 2019 e subindo gradualmente até 1,3% em 2023. Em contrapartida, o estado do Pará registrou progressos consistentes, com o indicador crescendo de 7,0% em 2019 para 11,5% em 2023. Esse contraste evidencia a defasagem da infraestrutura de saneamento na RI e especialmente em Tracuateua, onde o acesso ao esgotamento sanitário para a população mais vulnerável permanece praticamente inexistente (Gráfico 11).

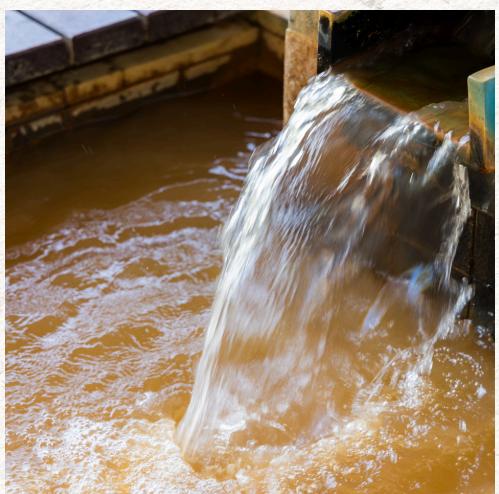
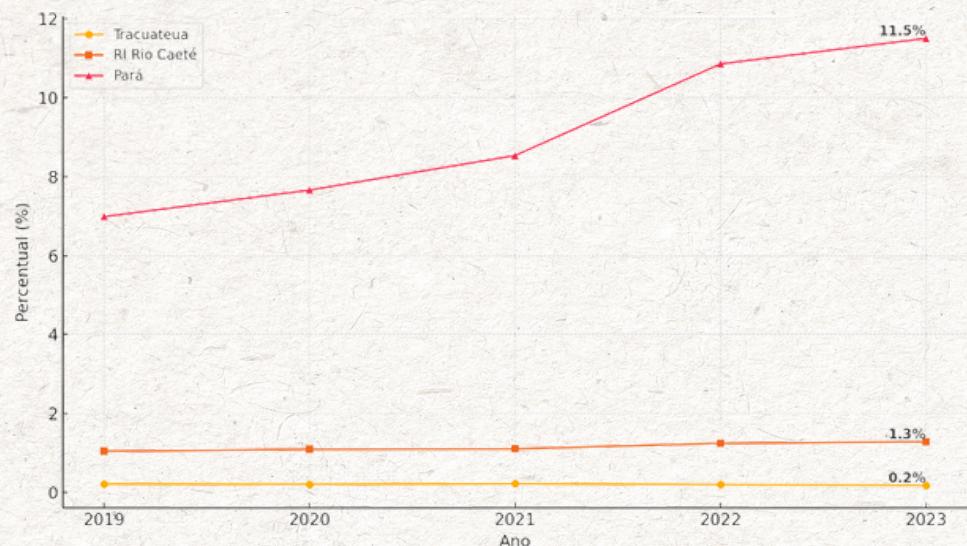




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

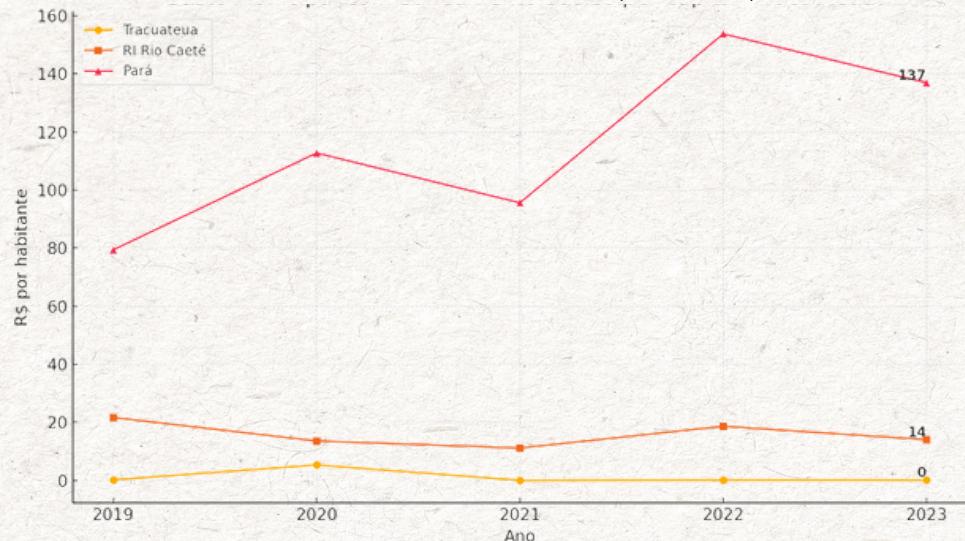
Os gastos per capita de Tracuateua com saneamento básico revelam níveis baixos e instáveis ao longo do período. Em 2019, o valor registrado foi nulo (R\$ 0), subindo para apenas R\$ 6 em 2020, caindo novamente para R\$ 0 em 2021 e mantendo esse valor até 2023, com exceção de um leve aumento para R\$ 4 em 2022. Esse comportamento revela uma política de investimento extremamente limitada na área de saneamento básico, incompatível com as carências identificadas na coleta de esgoto e nos indicadores de saúde ambiental (Gráfico 12).

Na RI Rio Caeté, os valores foram superiores, embora também modestos: R\$ 22 em 2019, caindo para R\$ 14 em 2020 e atingindo R\$ 10 em 2021, com leve recuperação para R\$ 18 em 2022 e recuo para R\$ 14 em 2023. O estado do Pará demonstrou o maior esforço financeiro, com crescimento de R\$ 79 em 2019 para R\$ 137 em 2023, mesmo com oscilações. A diferença de investimentos entre Tracuateua e o estado é expressiva e revela uma das causas estruturais para a precariedade do saneamento no município, afetando diretamente a qualidade de vida da população (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



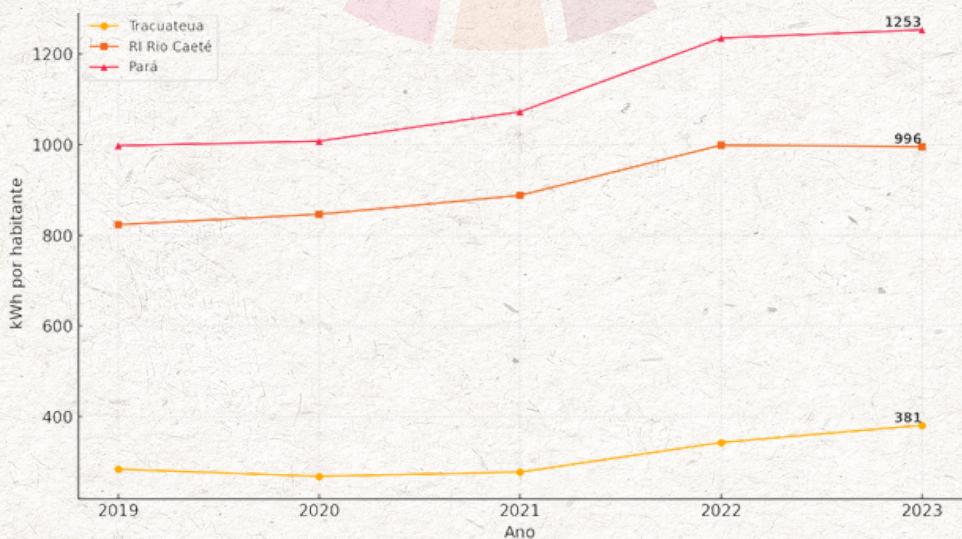
O consumo de energia elétrica per capita em Tracuateua iniciou o período de 2019 com um nível bastante inferior ao das demais esferas analisadas, registrando 286 kWh/hab. Em 2020, houve ligeira queda para 270 kWh/hab., seguida por uma leve alta em 2021 (280 kWh/hab.). A partir de 2022, o consumo cresceu de forma mais significativa, subindo para 345 kWh/hab. e atingindo 381 kWh/hab. em 2023. Apesar da tendência de crescimento, o município permanece com consumo muito abaixo da média estadual e regional, o



que pode refletir tanto limitações estruturais de acesso à energia quanto baixos níveis de atividade econômica e consumo (Gráfico 13).

Na Região de Integração Rio Caeté, os valores foram superiores e mais estáveis: 829 kWh/hab. em 2019, com aumentos progressivos até atingir 996 kWh/hab. em 2022 e 2023. Já o estado do Pará apresentou trajetória semelhante, iniciando com 1000 kWh/hab. em 2019, passando para 1080 em 2021 e encerrando 2023 com 1253 kWh/hab., o maior valor entre os três recortes. A distância entre Tracuateua e os demais níveis aumentou ao longo do tempo, indicando desigualdade no acesso ou na utilização da energia elétrica, o que pode comprometer a inclusão produtiva e o conforto domiciliar de sua população (Gráfico 13).

**Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.),
Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)**



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 381 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

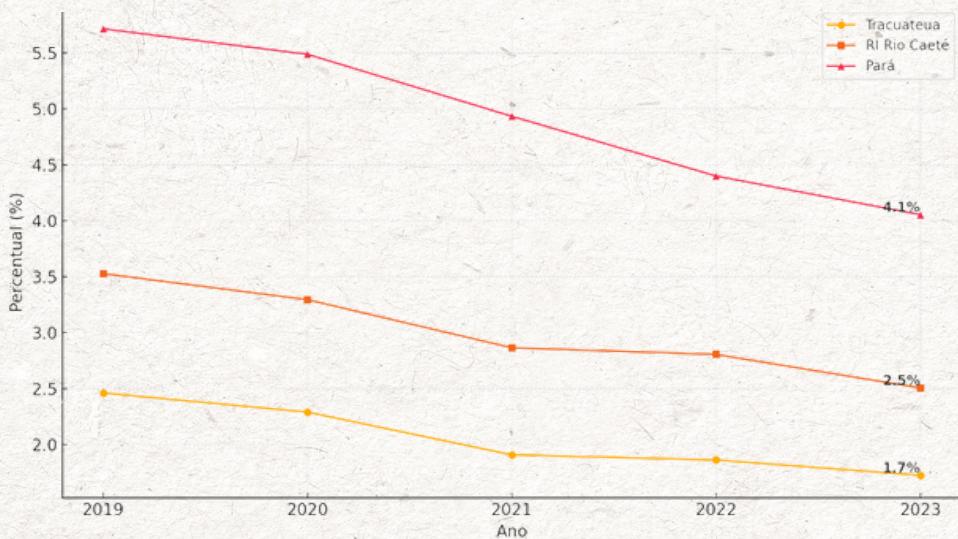
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Tracuateua apresentou uma queda contínua no percentual de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação de origem fóssil. Em 2019, esse percentual era de 2,5%, reduzindo-se para 2,3% em 2020, 1,9% em 2021, 1,9% em 2022 e 1,7% em 2023. Essa redução representa um avanço importante no acesso à energia elétrica de fontes convencionais, sinalizando melhora no alcance da rede elétrica às populações mais vulneráveis do município. Ainda assim, a persistência de valores acima de 1% indica que ainda há desafios a superar no combate à exclusão energética (Gráfico 14).



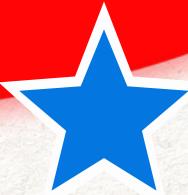
Na RI Rio Caeté, o indicador também apresentou queda contínua: 3,5% em 2019, 3,3% em 2020, 2,9% em 2021, 2,8% em 2022 e 2,5% em 2023. O estado do Pará apresentou os maiores percentuais ao longo do período, começando com 5,7% em 2019 e reduzindo para 4,1% em 2023. A tendência de queda é comum a todos os níveis territoriais, sugerindo avanço na universalização do acesso à energia elétrica, embora em patamares diferentes. Tracuateua destaca-se positivamente por apresentar os menores índices entre os três recortes, o que demonstra relativo sucesso nas políticas locais de eletrificação em comunidades de baixa renda (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

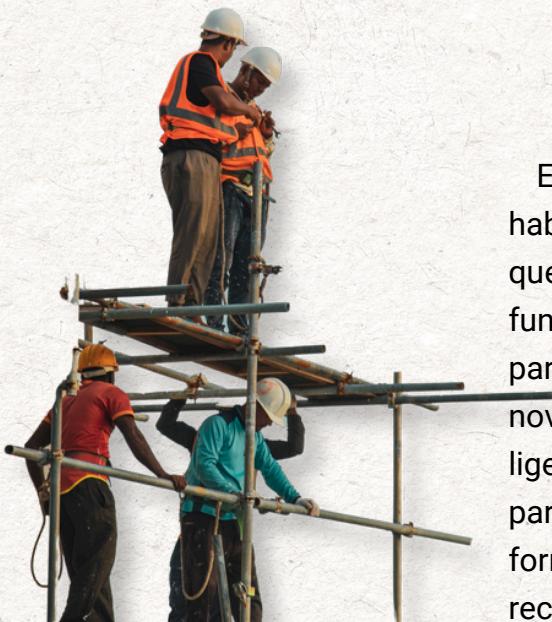


ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.**



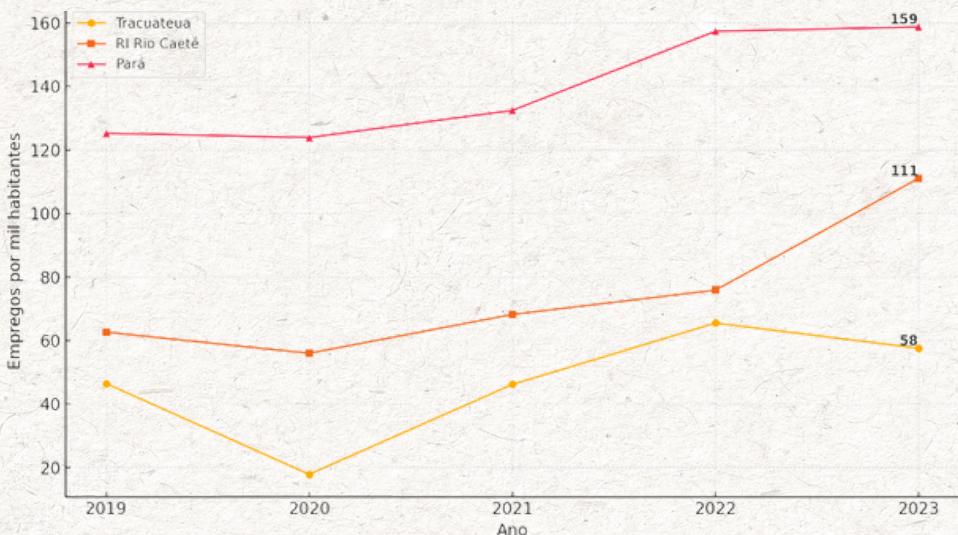
Empregos Formais por Mil Habitantes

Na RI Rio Caeté, o comportamento foi mais estável e ascendente: partindo de 62,4 empregos formais por mil habitantes em 2019, caiu para 56,3 em 2020, mas recuperou-se com força nos anos seguintes, alcançando 111,0 em 2023 quase o dobro de Tracuateua. O estado do Pará iniciou com 125,0 em 2019, manteve esse patamar em 2020, e cresceu progressivamente até atingir 159,0 em 2023. Esse contraste revela que, embora o município tenha mostrado recuperação após a pandemia, sua economia ainda enfrenta desafios relevantes para alcançar níveis mais altos de formalização, comparáveis aos da região e do estado (Gráfico 15).

Em Tracuateua, o número de empregos formais por mil habitantes iniciou em 2019 com 46,6, mas sofreu forte queda em 2020, atingindo apenas 18,1 possivelmente em função da crise provocada pela pandemia da COVID-19. A partir de 2021, o indicador voltou a crescer, alcançando 46,6 novamente em 2021, subindo para 65,2 em 2022, mas com ligeira retração para 58,0 em 2023. Apesar da recuperação parcial, o município ainda apresenta um nível de formalização do mercado de trabalho inferior aos demais recortes analisados, indicando limitações estruturais na geração de empregos com carteira assinada (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 58 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

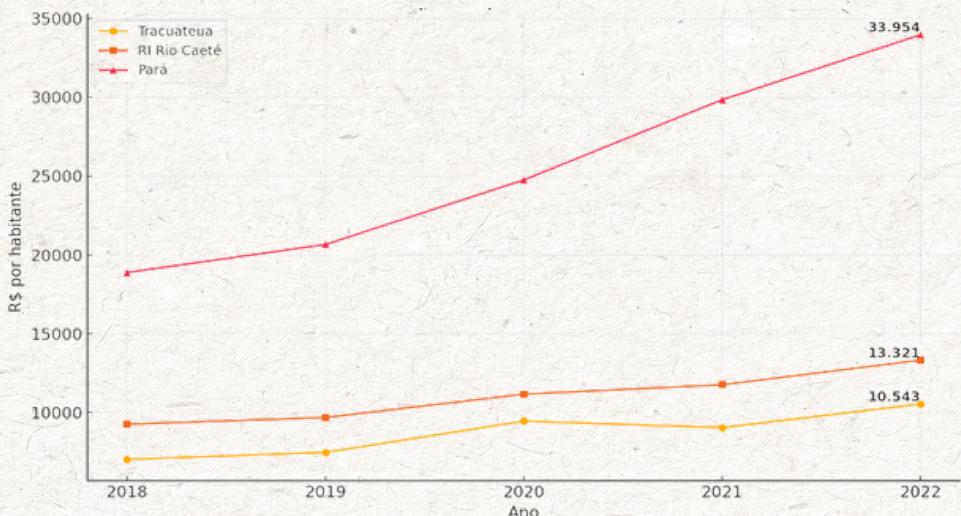
O município de Tracuateua apresentou crescimento no seu PIB per capita entre 2018 e 2022, iniciando com R\$ 7.060 em 2018 e chegando a R\$ 10.543 em 2022. Em 2019, o valor foi de R\$ 7.404, seguido por um avanço mais expressivo em 2020, quando atingiu R\$ 9.511. Após uma leve retração para R\$ 9.197 em 2021, o indicador voltou a crescer em 2022. Embora o desempenho mostre progresso econômico, o nível de renda per capita permanece inferior tanto ao da Região de Integração quanto ao do estado, sugerindo limitações estruturais na geração de riqueza local (Gráfico 16).



Na Região de Integração Rio Caeté, o PIB per capita saiu de R\$ 9.211 em 2018 para R\$ 13.321 em 2022, com crescimento contínuo ao longo do período. Já o estado do Pará apresentou uma evolução ainda mais acentuada, partindo de R\$ 18.940 em 2018 e encerrando com R\$ 33.954 em 2022, quase o triplo do valor registrado em Tracuateua. Essa discrepância evidencia a desigualdade na distribuição da renda gerada no território paraense, com forte concentração em municípios de maior dinamismo econômico, enquanto Tracuateua avança em ritmo mais modesto (Gráfico 16).



Gráfico 16 - PIB per capita, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10.543/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



O indicador de valor adicionado da indústria como percentual do PIB de Tracuateua apresentou crescimento entre 2018 e 2022, mas manteve-se em patamares relativamente baixos. Em 2018, a participação era de 3,4%, passando para 4,2% em 2019, 4,7% em 2020 e alcançando 6,6% em 2021. Em 2022, o valor estabilizou-se em 6,7%. Apesar da elevação progressiva, o resultado ainda revela uma base econômica pouco industrializada, com provável predominância das atividades agropecuárias e de serviços no município (Gráfico 17).

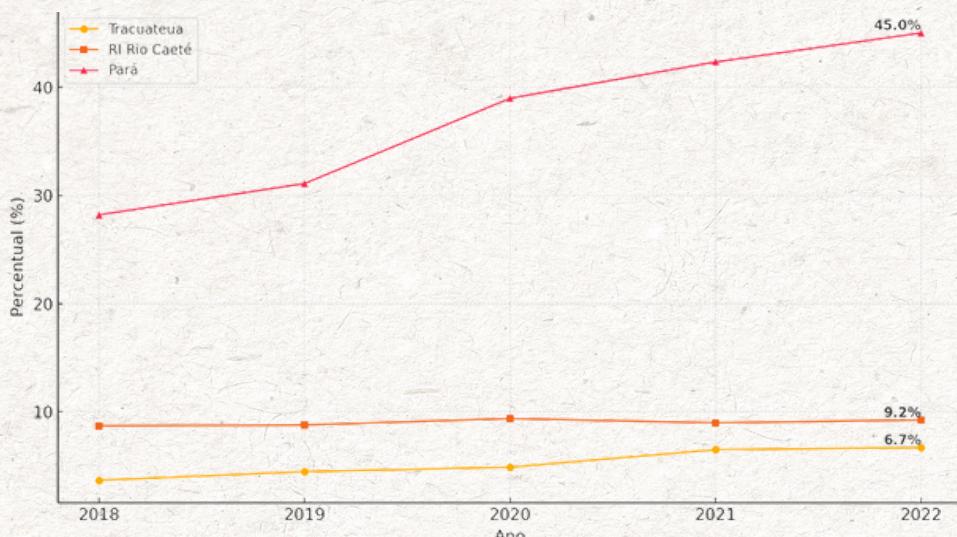
Na RI Rio Caeté, a participação da indústria

no PIB foi superior durante todo o período, oscilando em torno de 9%, com leve variação de 8,9% em 2018 e 2019 para 9,2% em 2022. Já o estado do Pará apresentou forte presença industrial, com o valor adicionado da indústria saindo de 28,1% em 2018 para 45,0% em 2022, evidenciando a centralidade do setor industrial especialmente extrativo e de transformação na economia estadual. A disparidade entre Tracuateua e os demais recortes indica um desafio persistente de diversificação produtiva e de inserção em cadeias industriais de maior valor agregado (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Tracuateua, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes apresentou variações marcantes no período. O indicador começou com 4,8 profissionais em 2019, mas caiu drasticamente para apenas 0,7 em 2020, sinalizando uma possível perda temporária de quadros qualificados ou subnotificação. A partir de 2021, houve recupe-



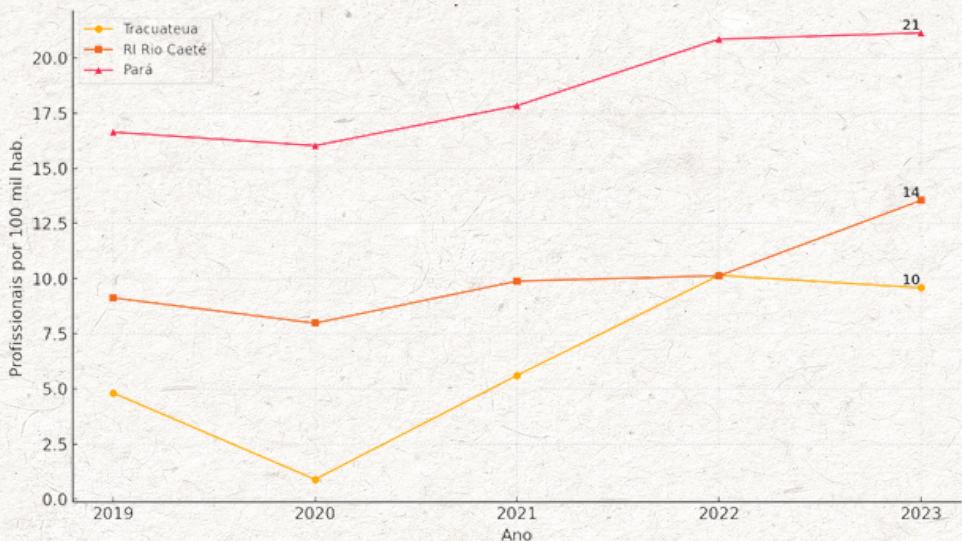
ração expressiva: 5,6 profissionais em 2021 e 10,2 em 2022, com leve retração para 10 em 2023. Apesar da oscilação, a tendência geral é de crescimento, refletindo um movimento de recomposição e expansão da base técnico-científica no município (Gráfico 18).

A RI Rio Caeté apresentou comportamento mais estável e ascendente, iniciando com 9,2 profissionais por 100 mil hab. em 2019, sofrendo pequena queda para 8,1 em 2020, e depois crescendo gradualmente até atingir 14,0 em 2023. O estado do Pará iniciou com 16,6 profissionais em 2019, caiu levemente em 2020 (16,2), e seguiu em trajetória ascendente até alcançar 21,0 em 2023. Os dados indicam que Tracuateua, apesar de melhorias recentes, ainda apresenta densidade científica inferior à média regional e estadual, o que representa um desafio para o desenvolvimento da pesquisa e da inovação no território (Gráfico 18).





**Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes,
Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





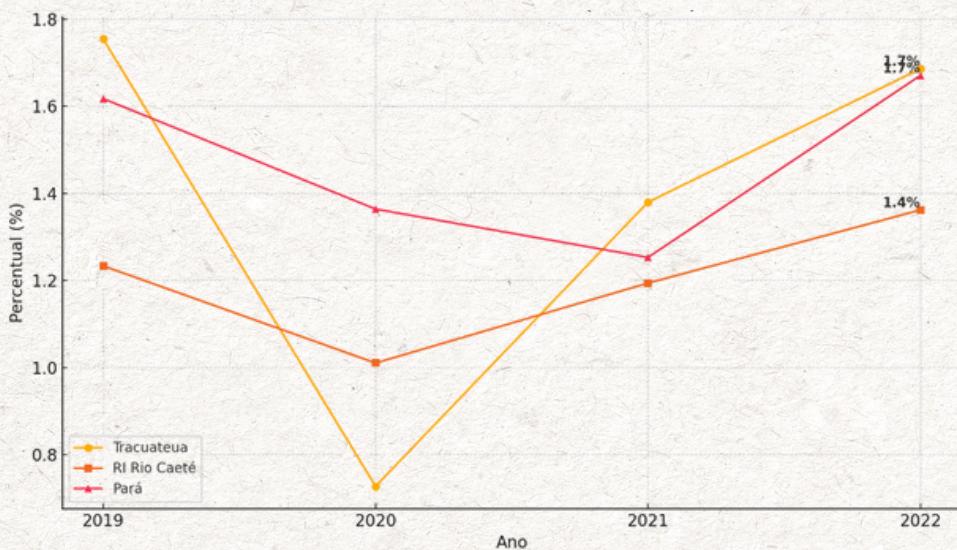
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Tracuateua, a massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB iniciou o período em 2019 com um valor elevado, de 1,75%, mas sofreu queda expressiva em 2020, alcançando apenas 0,72%, refletindo os efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho local. Em 2021, houve recuperação significativa para 1,37%, e em 2022 o indicador voltou a subir, atingindo 1,74%, praticamente o mesmo nível de 2019. Essa trajetória evidencia a resiliência do setor formal, que, apesar do impacto inicial da crise, conseguiu se recuperar com relativa rapidez (Gráfico 19).

Na RI Rio Caeté, o indicador foi mais estável

e conservador: começou com 1,24% em 2019, caiu para 1,02% em 2020, e subiu de forma gradativa até atingir 1,39% em 2022. O estado do Pará seguiu dinâmica semelhante, iniciando com 1,62% em 2019, recuando para 1,36% em 2020, caindo levemente em 2021 (1,26%) e fechando 2022 com 1,69%. Apesar das oscilações, Tracuateua manteve, em quase todos os anos analisados, uma participação proporcional da massa salarial no PIB comparável ou superior às médias estadual e regional, o que aponta para uma economia local em que o setor formal tem papel relevante na geração de renda (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

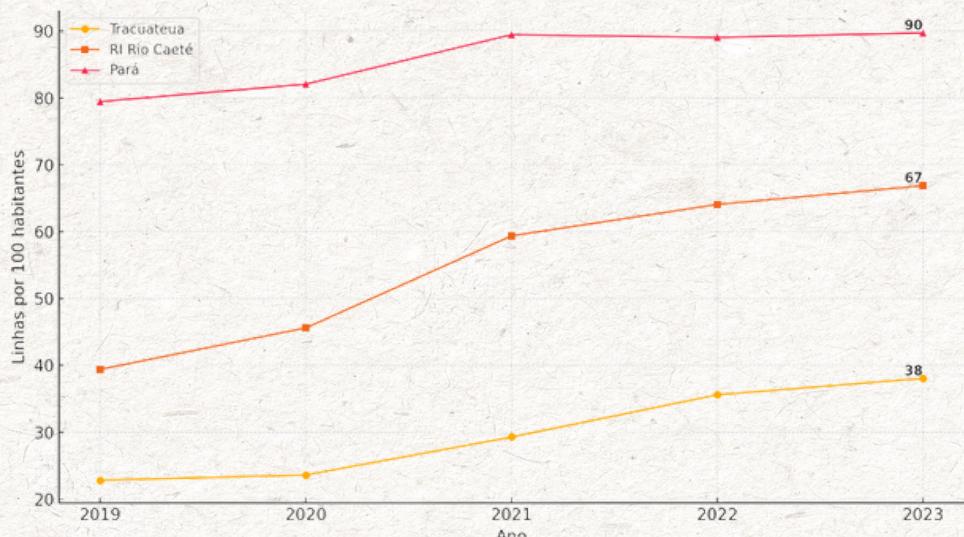
Em Tracuateua, o acesso à telefonia móvel apresentou crescimento contínuo no período de 2019 a 2023. O número de linhas por 100 habitantes partiu de 22,7 em 2019, subiu para 23,4 em 2020, avançando para 29,2 em 2021, 35,3 em 2022 e encerrando com 38,0 em 2023. Apesar da evolução positiva, o município segue muito abaixo da média estadual, revelando possíveis barreiras estruturais ou econômicas no acesso a esse serviço essencial, que é um facilitador importante da inclusão digital, acesso à informação e comunicação (Gráfico 20).

A RI Rio Caeté apresentou crescimento mais acelerado, saindo de 39,6 linhas em 2019 para 67,0 em 2023. Já o estado do Pará manteve-se com altos índices de acesso durante todo o período, iniciando com 79,2 linhas em 2019 e atingindo 90,0 em 2023. A comparação evidencia que, embora Tracuateua esteja progredindo, a diferença em relação aos níveis regional e estadual permanece significativa, sinalizando a necessidade de investimentos em infraestrutura de telecomunicações e políticas de democratização do acesso à tecnologia móvel (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 38 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

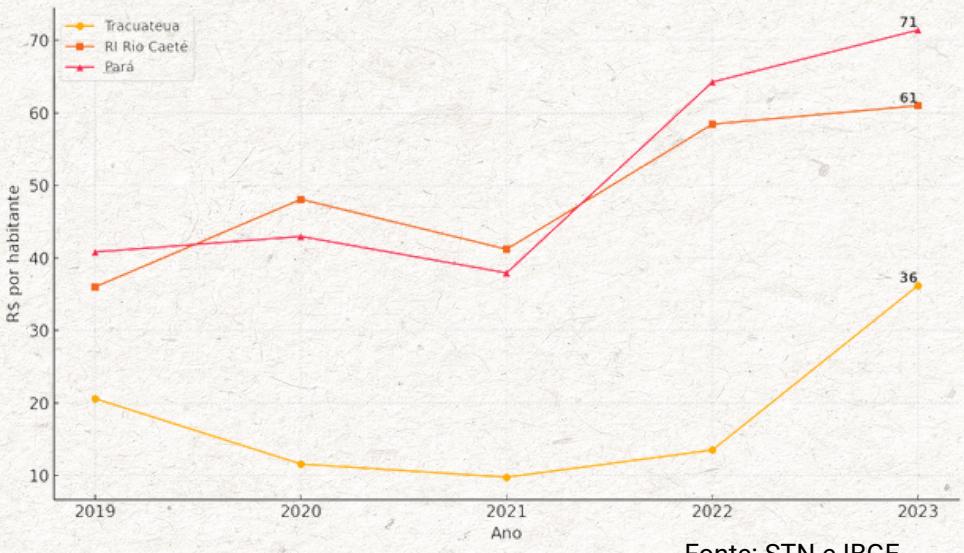
As despesas públicas per capita com cultura e gestão ambiental em Tracuateua mostraram forte oscilação entre 2019 e 2023. Em 2019, o município investia R\$ 20,5 por habitante, mas os valores caíram para R\$ 11,8 em 2020 e R\$ 9,5 em 2021. A partir de 2022, houve recuperação com R\$ 13,7, encerrando 2023 com R\$ 36. Mesmo com a recuperação nos dois últimos anos, o patamar de 2023 ainda é inferior ao da média estadual, e o histórico de baixos investimentos compromete a consolidação de políticas contínuas nas áreas cultural e ambiental. (Gráfico 21).

Na RI Rio Caeté, os investimentos partiram de R\$ 36,2 em 2019 e cresceram até R\$ 61,0 em 2023, com destaque para os R\$ 58,4 aplicados em 2022. O estado do Pará manteve crescimento mais expressivo, de R\$ 40,6 em 2019 para R\$ 71,0 em 2023, com destaque para a aceleração nos dois últimos anos. Os dados apontam para um esforço estadual e regional mais consistente em apoiar cultura e meio ambiente, ao passo que Tracuateua enfrentou descontinuidade e retoma apenas recentemente uma trajetória de fortalecimento desses setores (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 36/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



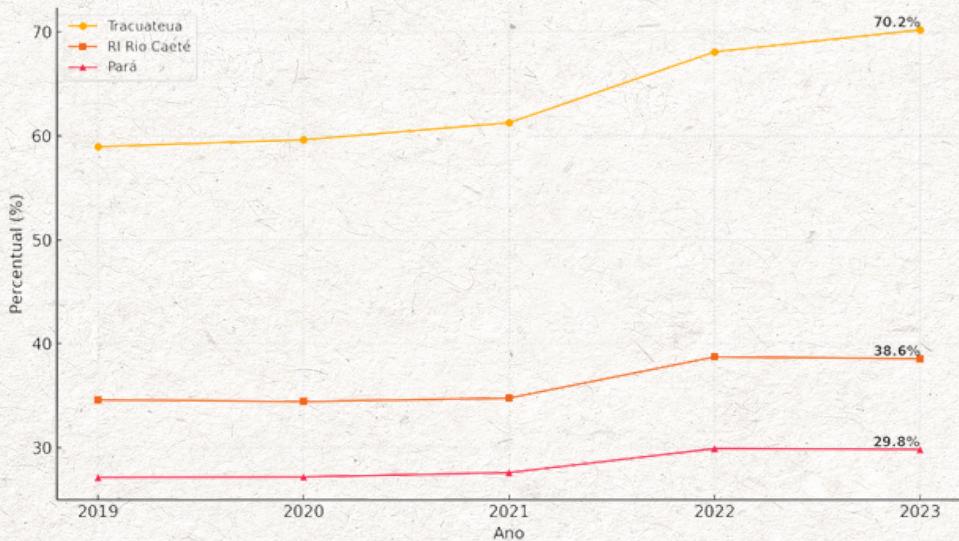


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

O percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram o lixo em Tracuateua é alto e crescente. Em 2019, o índice já era elevado, com 58,9%, subindo ligeiramente para 59,6% em 2020 e 61,3% em 2021. A partir de 2022, o aumento foi mais expressivo, chegando a 68,1% e atingindo 70,2% em 2023. Isso revela uma grave carência de serviços de coleta e destinação adequada de resíduos sólidos entre a população mais vulnerável do município, com sérias implicações ambientais e de saúde pública (Gráfico 22).

Na RI Rio Caeté, os números também são preocupantes, mas inferiores aos de Tracuateua: o índice se manteve entre 34,7% e 38,6% no período. Já o estado do Pará apresentou valores bem mais baixos, partindo de 26,8% em 2019 e encerrando 2023 com 29,8%. A comparação evidencia que o problema é mais intenso em Tracuateua, exigindo ações urgentes de ampliação da cobertura de coleta de lixo e educação ambiental voltada às comunidades de baixa renda (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 70,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

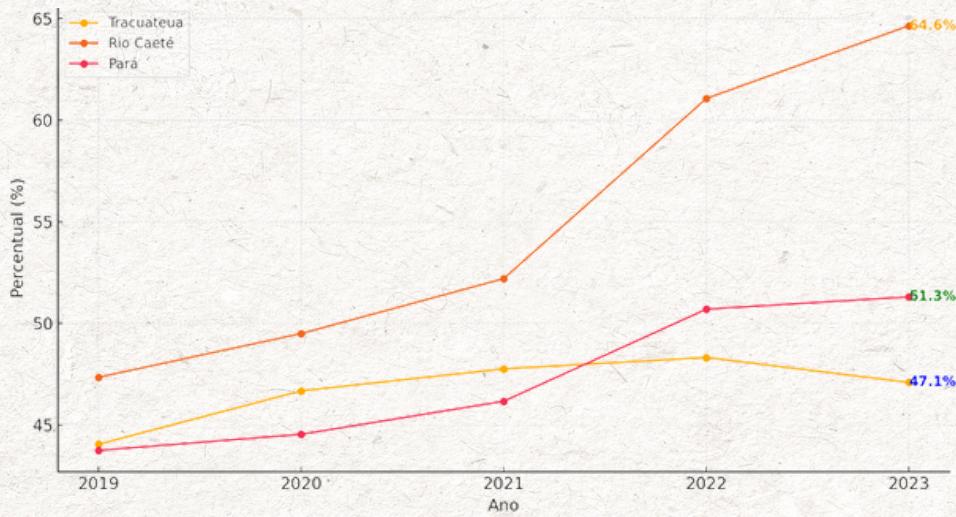


População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O indicador de população de baixa renda com fossa rudimentar em Tracuateua variou pouco entre 2019 e 2023. Em 2019, o percentual era de 44,0%, subindo para 46,7% em 2020, 47,8% em 2021 e 48,3% em 2022, com leve recuo para 47,1% em 2023. Apesar da estabilidade relativa, os valores se mantêm elevados e revelam deficiências persistentes no acesso a soluções adequadas de esgotamento sanitário, o que compromete a saúde das famílias em situação de vulnerabilidade (Gráfico 23).

A RI Rio Caeté apresentou crescimento mais acentuado, partindo de 47,0% em 2019 para 64,6% em 2023 um aumento preocupante de mais de 17 pontos percentuais. O estado do Pará também apresentou alta, de 43,7% em 2019 para 51,3% em 2023. Embora Tracuateua apresente percentuais menores que a média regional, o fato de o indicador permanecer elevado demonstra a necessidade de ampliação das políticas de saneamento voltadas especificamente à população de baixa renda (Gráfico 23).

**Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar,
Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 47,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



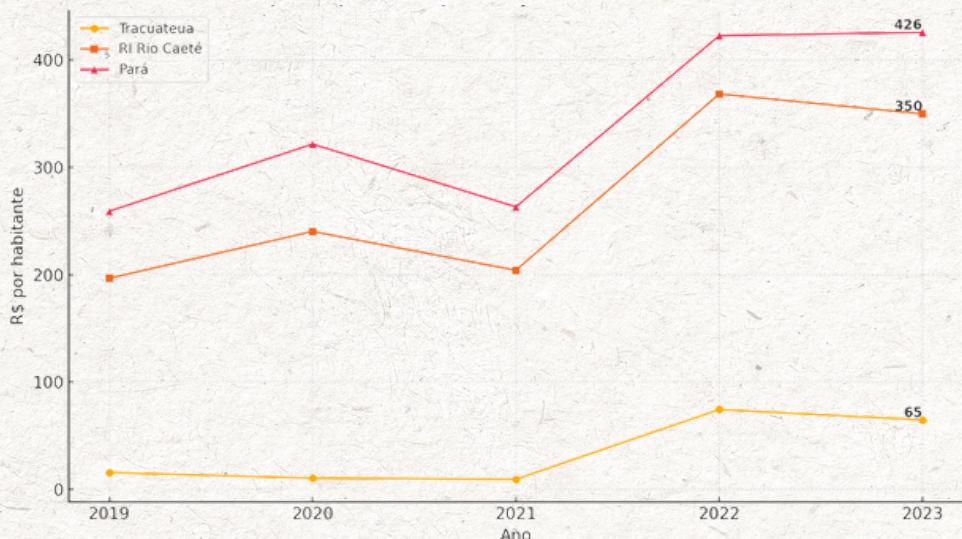
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Tracuateua, os gastos per capita com prevenção de desastres oscilaram significativamente entre 2019 e 2023, partindo de um valor modesto de R\$ 16,0 em 2019, recuando para R\$ 13,6 em 2020 e R\$ 12,2 em 2021. A partir de 2022, observou-se um aumento expressivo, alcançando R\$ 74,6 e, posteriormente, R\$ 65,4 em 2023. Apesar da melhora nos dois últimos anos, os valores ainda são bastante inferiores aos observados em níveis regionais e estaduais, sugerindo fragilidade na estrutura de planejamento e mitigação de riscos ambientais no município (Gráfico 24).



Na RI Rio Caeté, os valores iniciaram em R\$ 197,8 em 2019, subiram para R\$ 239,5 em 2020, e atingiram um pico de R\$ 367,6 em 2022, antes de recuarem ligeiramente para R\$ 349,9 em 2023. Já o estado do Pará apresentou tendência de crescimento mais acentuada, saindo de R\$ 259,3 em 2019 para expressivos R\$ 426,2 em 2023. Essa diferença revela que, embora haja esforços crescentes nos âmbitos estadual e regional, Tracuateua ainda precisa ampliar significativamente seus investimentos para se alinhar às boas práticas de prevenção e resiliência frente a desastres naturais (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 65/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Despesa per capita com preservação aquática

Os investimentos per capita com preservação aquática em Tracuateua foram praticamente inexistentes ao longo de quase todo o período. Em 2019 e 2020, os valores foram nulos (R\$ 0,00), seguidos por uma quantia simbólica de R\$ 0,10 em 2021, R\$ 0,43 em 2022 e um modesto avanço para R\$ 3 em 2023. Mesmo com esse crescimento recente, o município segue com investimentos extremamente reduzidos nesse setor, o que pode indicar ausência de políticas estruturadas voltadas à proteção de recursos hídricos e ecossistemas aquáticos locais (Gráfico 25).

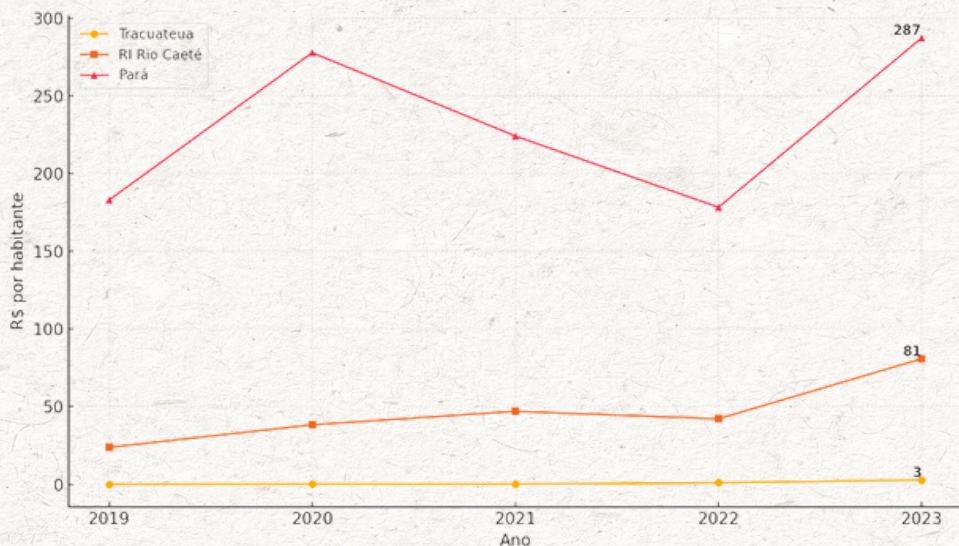
Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Na RI Rio Caeté, o comportamento foi mais robusto: partindo de R\$ 24,2 em 2019 para R\$ 81,2 em 2023, com aumentos constantes e consistentes. Já o estado do Pará teve variações maiores, mas com valores significativamente mais altos: de R\$ 183,0 em 2019 para R\$ 287,2 em 2023, com destaque para o pico de R\$ 278,9 em 2020. A disparidade entre Tracuateua e os demais níveis evidencia uma lacuna preocupante no cuidado com ambientes aquáticos, especialmente relevante em contextos de bacia hidrográfica sensível e mudanças climática (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 3/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

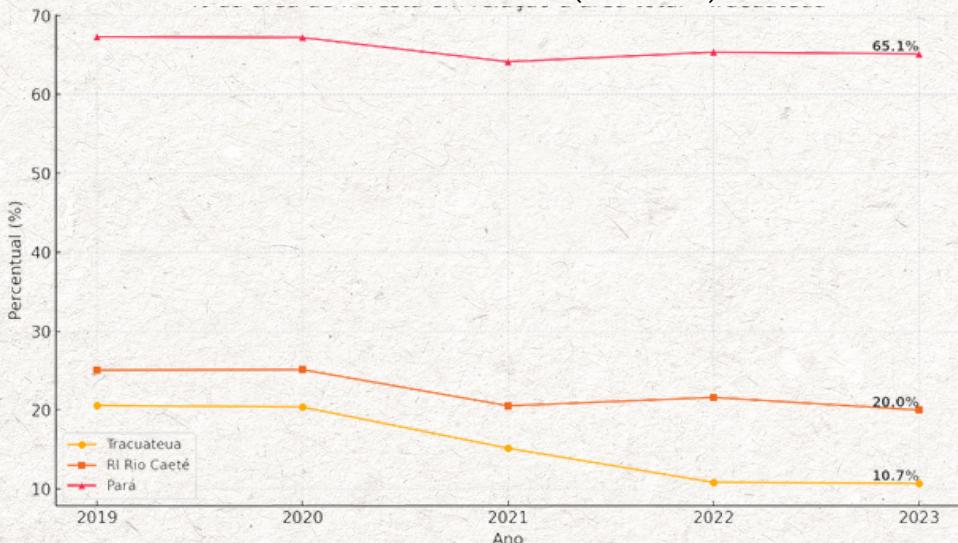
O percentual da área de floresta em relação à área total de Tracuateua apresentou queda constante entre 2019 e 2023. O município iniciou o período com 20,2% de cobertura florestal, mantendo esse nível em 2020, mas caiu para 15,1% em 2021, 11,0% em 2022 e chegou a apenas 10,7% em 2023. Essa trajetória de depleção florestal é alarmante, indicando forte pressão antrópica sobre os recursos naturais e uma perda acelerada de vegetação nativa (Gráfico 26).

Na RI Rio Caeté, os percen-

tuais também caíram, mas de forma menos acentuada, indo de 25,0% em 2019 para 20,0% em 2023. O estado do Pará, por sua vez, manteve uma cobertura significativamente superior, com 67,4% em 2019 e 65,1% em 2023, mesmo com pequenas oscilações. Os dados evidenciam que Tracuateua está muito abaixo da média estadual em termos de preservação florestal, o que reforça a necessidade de políticas efetivas de conservação ambiental e freio ao desmatamento descontrolado (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

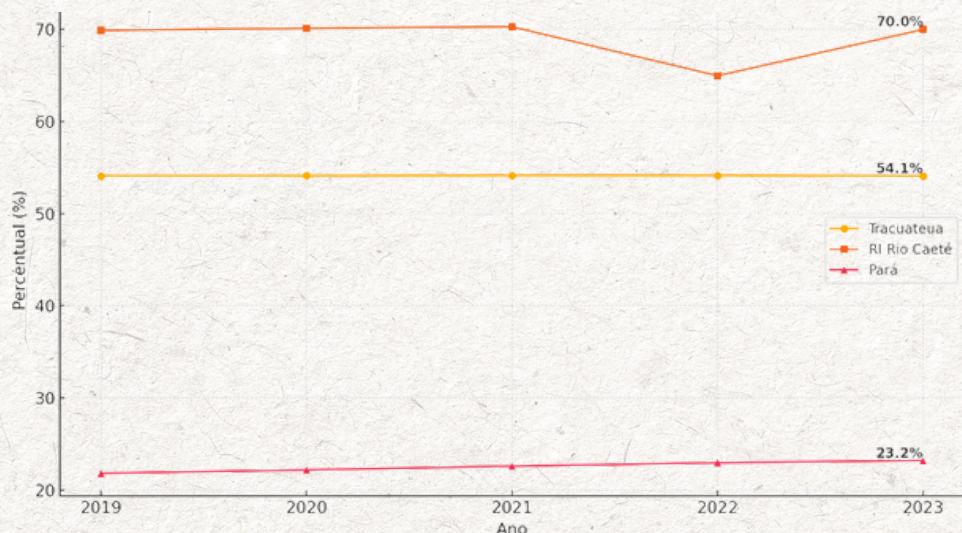
O percentual de área desmatada em Tracuateua se manteve constante em 54,1% durante todo o período de 2019 a 2023, sem apresentar variações perceptíveis. Esse valor, por si só, já é elevado, indicando que mais da metade do território do município já se encontra antropizado. A estabilidade dos números pode mascarar a ausência de recuperação ambiental ou ações de reflorestamento que possam alterar esse quadro no médio e longo prazo (Gráfico 27).

A RI Rio Caeté apresentou valores ainda mais elevados,

partindo de 69,8% em 2019 e chegando novamente a 70,0% em 2023, com leve recuo em 2022 (65,4%). Já o estado do Pará manteve uma condição significativamente melhor, com apenas 21,7% de área desmatada em 2019 e um leve aumento para 23,2% em 2023. Essa comparação reforça que tanto Tracuateua quanto sua região enfrentam um quadro ambiental crítico, com baixa cobertura vegetal e alta exposição a riscos associados ao desmatamento, como degradação do solo, perda de biodiversidade e alterações microclimáticas (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 54,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

O município de Tracuateua apresentou queda expressiva no índice de trabalho infantil ao longo de 2019 a 2023. Em 2019, o município registrava 81,0 casos por 100 mil habitantes, valor que foi reduzido para 58,0 em 2020, 51,0 em 2021, 35,0 em 2022 e atingiu apenas 13,0 em 2023. A trajetória descendente é um sinal positivo de que as políticas de combate ao trabalho infantil vêm surtindo efeito localmente. Essa redução consistente ao longo de cinco anos representa uma queda de aproximadamente 84%, um dos recuos mais intensos entre os níveis observados (Gráfico 28).

Na Região de Integração Rio

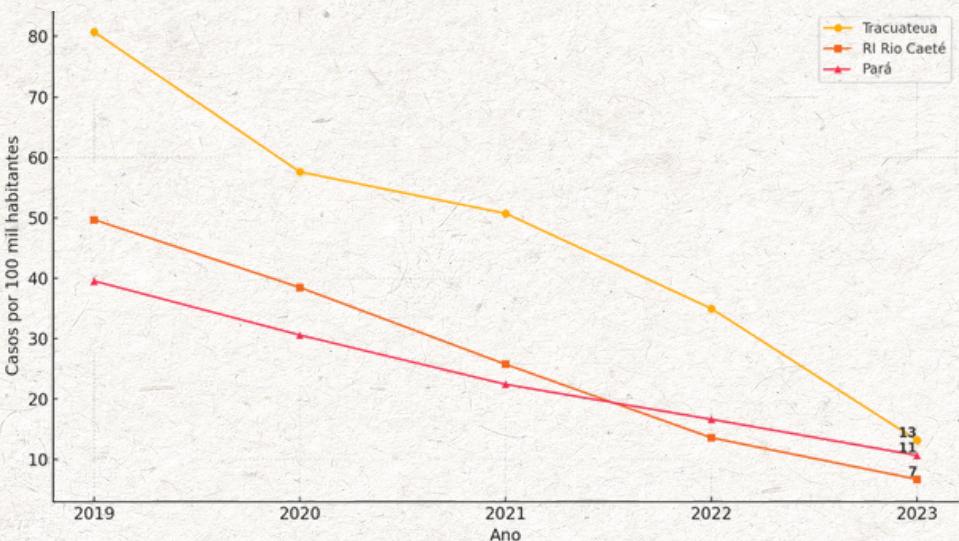
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Caeté, o indicador também apresentou queda relevante: partindo de 49,6 casos em 2019 e atingindo 7,4 em 2023. Já o estado do Pará começou com 39,6 casos por 100 mil habitantes em 2019, reduzindo para 11,1 em 2023. A convergência entre os três recortes em 2023, com valores de 13,0 (Tracuateua), 7,4 (RI) e 11,1 (Pará), mostra que os esforços no combate ao trabalho infantil estão sendo efetivos em diferentes escalas territoriais. Mesmo assim, é essencial manter políticas públicas integradas para assegurar que esse avanço não seja revertido e atinja a eliminação total dessa violação de direitos (Gráfico 28).





Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

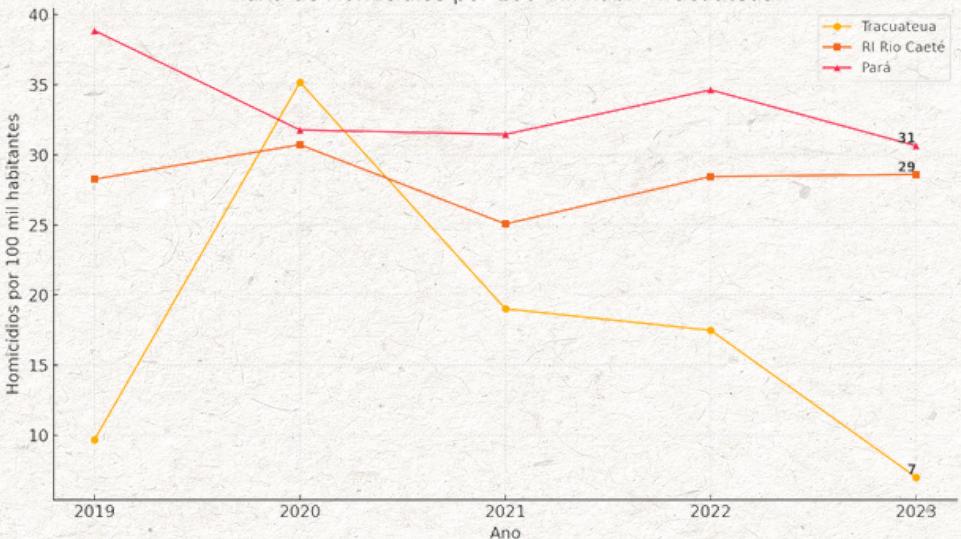
A taxa de homicídios em Tracuateua variou de forma mais instável entre 2019 e 2023. O indicador era relativamente baixo em 2019, com 9,3 homicídios por 100 mil habitantes, mas apresentou um pico em 2020, chegando a 35,1 valor significativamente acima da média estadual. Em seguida, houve uma tendência de queda: 18,9 em 2021, 17,5 em 2022, e o menor valor da série em 2023, com apenas 7,0 homicídios por 100 mil. Essa redução brusca no final do período pode indicar ações bem-sucedidas na segurança pública local, embora o pico de 2020 sinalize que a violência letal ainda pode ressurgir em contextos críticos (Gráfico 29).

Na RI Rio Caeté, a taxa variou entre 28,3 (2019) e 29,0 (2023), mantendo-se relativamente estável, com o pico sendo registrado em 2020 (30,9). Já o estado do Pará apresentou os maiores índices: 38,7 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, redução para 31,0 em 2023, e uma média alta ao longo de todo o período. O comportamento de Tracuateua, com queda mais acentuada nos anos finais, contrasta com a estabilidade em níveis mais elevados da RI e do estado, sugerindo que experiências locais de sucesso na prevenção da violência poderiam ser mapeadas e replicadas em outras localidades (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 17: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



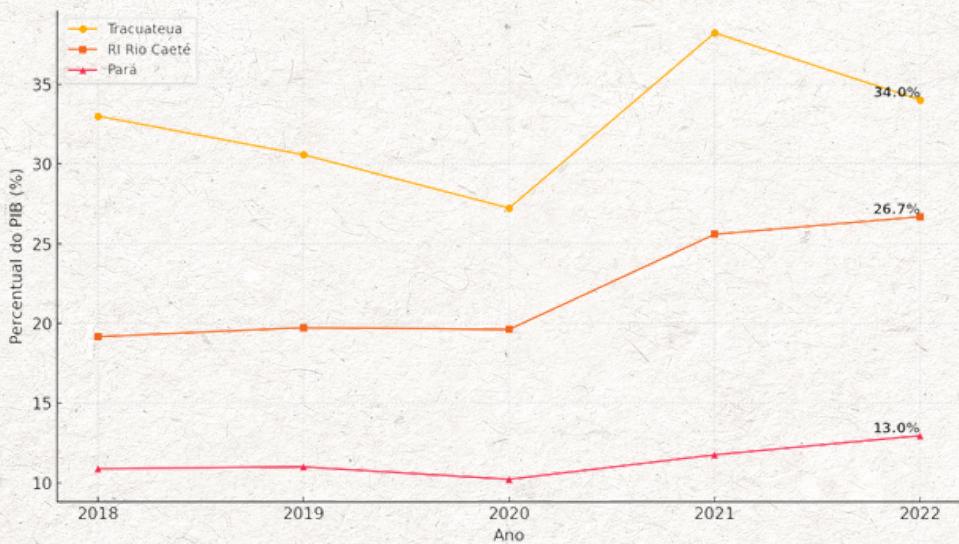


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Tracuateua apresentou variações significativas no indicador de gasto público municipal em relação ao PIB. O valor iniciou em 33,0% em 2018, caindo gradualmente para 30,6% em 2019 e 27,3% em 2020. Em 2021, houve uma forte elevação para 38,3%, seguida de um leve recuo para 34,0% em 2022. Essa trajetória demonstra uma oscilação significativa na participação do poder público municipal na economia local, sugerindo reações a fatores conjunturais como crises, repasses intergovernamentais ou variações de arrecadação e investimento (Gráfico 30).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador apresentou crescimento contínuo ao longo do período, iniciando com 19,2% em 2018 e atingindo 26,7% em 2022. Já o estado do Pará manteve-se em patamares mais baixos, com uma oscilação de 10,9% em 2018 para 13,0% em 2022. Esses dados mostram que Tracuateua tem uma atuação pública mais relevante em termos proporcionais que o estado e a região, mas com maior instabilidade, o que pode dificultar a previsibilidade de políticas públicas e planejamento fiscal de longo prazo (Gráfico 30).

**Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB,
Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)**



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 34%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

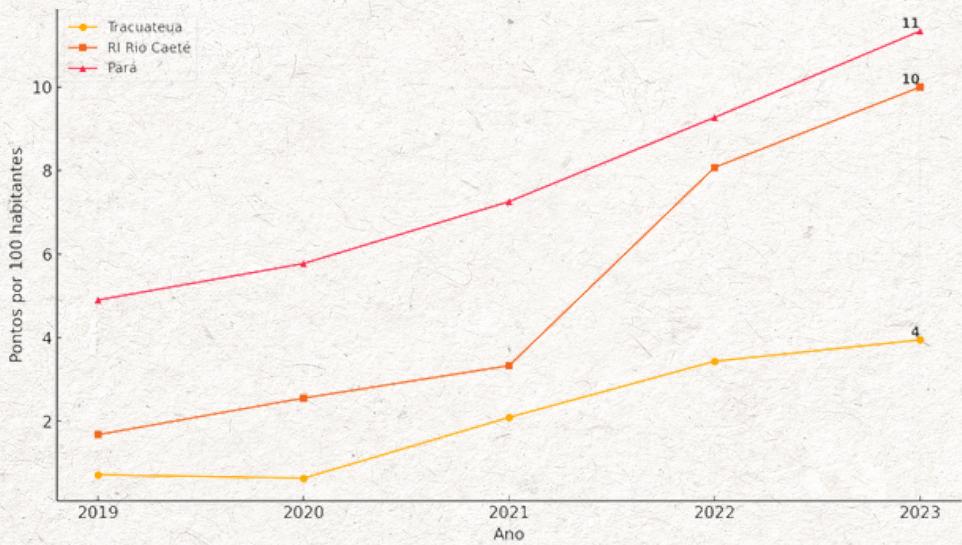


Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

A taxa de acesso à banda larga fixa em Tracuateua apresentou crescimento consistente entre 2019 e 2023, embora a partir de uma base bastante baixa. O indicador iniciou em 0,7 pontos por 100 habitantes em 2019, manteve-se praticamente estável em 2020 (0,6), e passou a crescer mais rapidamente a partir de 2021 (2,1), atingindo 3,4 em 2022 e 4 em 2023. Mesmo com essa melhora, o município ainda se encontra em um patamar de conectividade bastante inferior ao da média regional e estadual, o que aponta desigualdades digitais significativas (Gráfico 31).

Na RI Rio Caeté, o acesso cresceu de 1,7 em 2019 para 10,0 pontos por 100 habitantes em 2023, demonstrando um ritmo de expansão mais acentuado, especialmente após 2021. No estado do Pará, os dados também indicam forte crescimento: de 4,9 em 2019 para 11,0 em 2023. A disparidade entre Tracuateua e os demais recortes evidencia uma necessidade urgente de políticas públicas específicas para inclusão digital, considerando que o acesso à banda larga é cada vez mais fundamental para educação, trabalho, saúde e serviços públicos (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

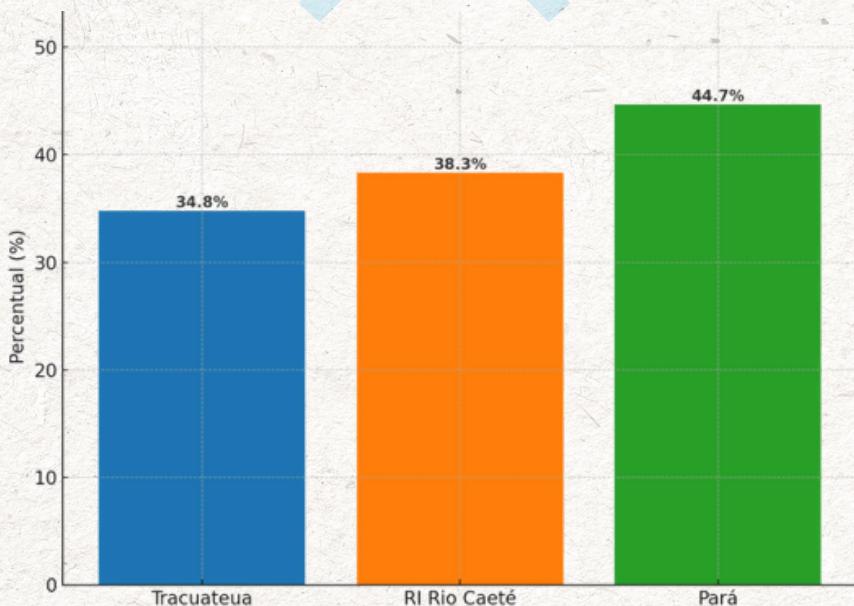
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Tracuateua** registrou um IDS de **34,8%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Tracuateua x RI Rio Caeté x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



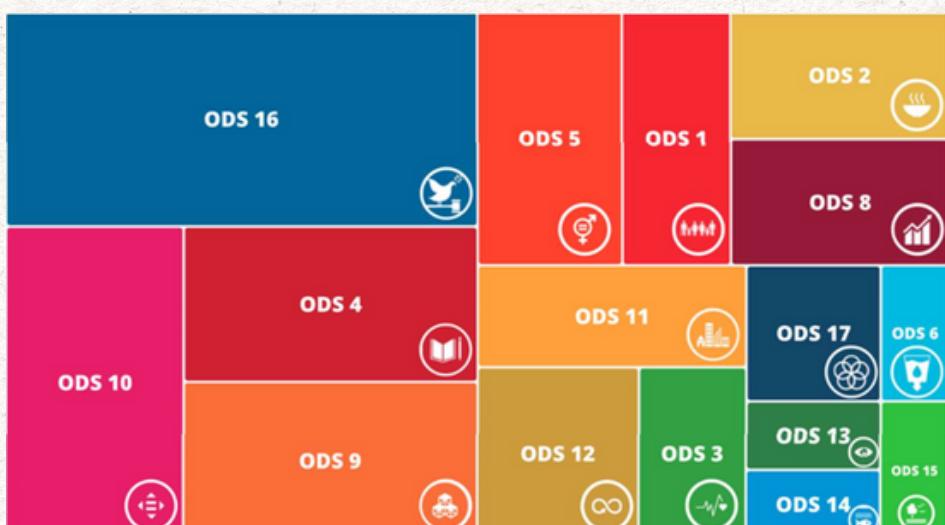
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Tracuateua na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Tracuateua e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

